

## **Mineração na América Do Sul Neoextrativismo e Lutas Territoriais (2016)**

**Helena Davino Vincent**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais  
helenavincent2@gmail.com

**Maria Clara Mendes Vasconi**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.  
claravasconi@hotmail.com

66

O livro “Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais” (2016) foi organizado por Andréa Zhouri, Paola Bolados e Edna Castro como resultado do I Seminário Internacional de mesmo nome, que ocorreu em agosto de 2015 na Universidade Federal de Minas Gerais. Pensado como uma coletânea de quinze artigos, o livro reúne produções de diversos autores e autoras<sup>1</sup> que pensam criticamente o extrativismo nos países da América do Sul.

Nas últimas décadas, viu-se a reemergência de empreendimentos de extração em vários países, empreendimentos estes nomeados neoextrativistas justamente por estarem ancorados em uma política econômica internacional de cunho neoliberal. Vê-se a difusão desses empreendimentos como uma continuidade da posição econômica subordinada que tais países ocupam na divisão internacional do trabalho desde a época das colonizações. O conjunto de artigos nos ajuda a pensar criticamente, a partir de contextos regionais, como as pressões do capitalismo transnacional se articulam às políticas desenvolvimentistas do Estado no sentido da expropriação da natureza, da cultura e dos territórios, bem como de invisibilizar as resistências e lutas que emergem desse contexto. O neodesenvolvimentalismo, contudo, vai na contramão dos direitos conquistados no final do século passado, dado que o extrativismo se mostrou, e ainda se mostra, como agravador de violências e desigualdades.

As violências físicas, simbólicas, epistêmicas, étnicas, raciais e territoriais - oriundas da colonialidade do poder e do saber - se repetem na história da maioria dos países latino americanos. Por isso, os artigos como conjunto constituem uma visão ampla do padrão extrativista na América do Sul. A leitura da totalidade nos alerta para que os dados não sejam pensados de forma isolada, visto que a constituição desses projetos de exploração e suas consequências acontecem num movimento de repetição espaço-temporal.

O objetivo desta resenha é trazer brevemente os contextos regionais explorados pelos autores e autoras em sua articulação entre si e com o processo da globalização. Seguiremos o caminho percorrido pelas organizadoras na Introdução, trazendo um diálogo entre artigos e os conceitos apresentados nos dois primeiros capítulos.

<sup>1</sup> Os autores e autoras dos artigos compilados pertencem a diferentes áreas do conhecimento, o que confere uma variedade às análises e argumentações de grande valia para esse tipo de estudo. Dentre as áreas, tem-se pesquisadores da sociologia, antropologia, geografia, ciências políticas, políticas públicas, medicina, direito, engenharia, entre outros. Para além de pesquisadores, encontramos também autoras ligadas a movimentos sociais de luta e resistência ante o avanço minerador.

**Chile: imposição no espaço e despossessão de territórios indígenas**

De acordo com Hugo Romero Toledo e Felipe Gutiérrez em “Conflictos socioterritoriales mineros: la expansión minera y la articulación identitaria indígena en el Norte Grande de Chile” (2016), o Chile concentra 40% das reservas de cobre do mundo - além de ser um dos principais produtores de lítio, iodo e rênio - cujo primeiro ciclo de exploração se iniciou no século XIX em continuidade com as práticas socioterritoriais desde a época da colonização. Durante o século XX, houve um movimento no sentido de nacionalizar e industrializar a produção de minério, que foi interrompido pelo golpe de Pinochet em 1973. Os autores demonstram como a região do “Norte Grande” foi discursivamente formada como uma área cuja atividade econômica se baseia na mineração, ignorando a presença indígena e diminuindo as atividades tradicionais de agricultura e criação de lhamas e alpacas. As reformas neoliberais aplicadas no pós-golpe de Estado impulsionaram “os investimentos estrangeiros diretos (1974)”, privatizando e reorientando o uso “da terra (1979)” e “da água (1981)” para a atividade de mineração do cobre exercida por empresas transnacionais (p.73). Juntamente ao boom minerário, destacam-se o fortalecimento das organizações de povos indígenas - quechuas, atacamenões e aymaras originários da região, cujas demandas são o reconhecimento de suas existências e identidades culturais - e a recuperação do território e das águas. Isso foi, como argumentam os autores, possibilitado por um contexto internacional de reconhecimento dos povos originários a partir da década de 1970 e da criação, no Chile, da Ley Indígena e da CONADI - Corporación Nacional de Desarrollo Indígena - em 1993 e das Áreas de Desenvolvimento Indígena (ADIs) a partir de 1995, que colocam em questão a alegada inexistência de populações indígenas e a imagem criada do Norte Grande como uma região desértica tanto em questão de vegetação como de pessoas, permitindo o auto reconhecimento.

A privatização das mineradoras de cobre foi usada como discurso de estabilização da economia, o que fez com que outros recursos fossem privatizados (García, P. B., 2016). Ainda durante a ditadura de Pinochet, o investimento estrangeiro foi estimulado e a propriedade privada exaltada. Essas políticas de Estado, segundo Gudynas (2016), se consolidam em efeito derrame e reforçam a visão mercantilista sobre a natureza. Assim, conforme exposto por García em “Cartografías del extractivismo minero en el desierto de Atacama-norte de Chile” (2016), no final do século XX, principalmente a água e o lítio foram polos de expansão do extrativismo mineiro, marcado pelos Códigos de Águas (1981) e Minério (1982). A exploração dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos na região do Atacama, com a criação de um mercado de águas destinados à mineração, acontece como consequência desta política - denominada estratégia nacional - alinhando-se ao Banco Mundial e o Banco Interamericano do Desenvolvimento.

Como também destacam Toledo e Gutiérrez (2016), essa região já era ocupada por populações campesinas e indígenas. De acordo com a autora, as águas têm um valor simbólico nas culturas locais. Além disso, foi feito um projeto de construção de barragens no Rio Grande sem que houvesse consulta às comunidades locais - como previa o convênio 196 da Organização Internacional do Trabalho. A mobilização em torno desse projeto e a luta pela água tomam espaço em 2013, chegando a âmbito nacional. As culturas locais, em específico a comunidade de Camar, não compartilham da visão da água como recurso. As práticas dessas pessoas em relação às águas estão na dimensão do cuidado, assim, realizam, no início da primavera, a limpeza dos canais como celebração e forma de afirmação territorial “baseada no uso efetivo e permanente da terra e da água” (García, P. B., 2016, p.103). Esses empreendimentos que se inserem como ilhas que apenas se conectam aos lugares pelas demandas do mercado global de commodities ferem não apenas a pertença territorial estabelecida ancestralmente, como os modos de ser próprios dos povos e comunidades que ali habitam.

## **A região Amazônica: neoextrativismo mineral e modernização como práticas coloniais e colonizadoras**

Nos capítulos seis, sete e oito, são abordados o extrativismo e o projeto de desenvolvimento do estado brasileiro para a região da Amazônia Legal.

Segundo Maria Célia Nunes Coelho, em “Balanço do extrativismo (industrial e artesanal) e da estruturação regional na Amazônia oriental no período de 1970 a 2014” (2016), nos séculos XIX e XX o avanço para a região amazônica - antes vista como “selvagem” - efetuou-se na busca por ouro e pelas chamadas “drogas do sertão”. Com a Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, se inicia o ciclo da borracha, ou “ouro vegetal”, que atrai um fluxo de migração, principalmente da região nordeste, para trabalhar nos seringais. Nos anos 1950, o preço da borracha no mercado internacional caiu e esses trabalhadores se voltaram para a mineração fluvial do ouro e da cassiterita. É nessa mesma época que as políticas governamentais pensam a modernização da região a partir da indústria e, à medida que a mega-mineração se expande, as atividades garimpeiras se reduzem pela regulação diferencial que se dá sobre essas duas formas de extração.

Isso é pensado, pela autora, a partir teoria da estruturação de Giddens, a qual entende que as regras e normas das produções em escala regional são definidas para manter processos de circulação e acumulação de capital, exercendo controle sobre a organização do espaço, o direcionamento de transformações, a canalização de recursos e investimentos em setores específicos da economia (Coelho, M. C. N., 2016). Assim “a partir de cada onda de valorização econômica das mercadorias minerais a escala regional amazônica foi sendo politicamente produzida (ou reproduzida) e rearticulada na escala internacional” (p.134).

Edna Castro, Sara Alonso e Sabrina Nascimento, no artigo “Mineração na Pan-Amazônia: neoextrativismo, colonialidade e lutas territoriais” (2016), também abordam a inserção dos recursos da região amazônica no mercado mundial - desde a ditadura de 1964 - como central na produção de commodities. O neoextrativismo no contexto brasileiro, como nos demais países, está articulado a uma retomada de projetos de desenvolvimento e crescimento econômico, em que uma região rica em recursos naturais e energéticos é colocada como central para o planejamento do país através do estímulo de investimentos transnacionais (Coelho, M. C. N., 2016). Dessas medidas citadas no oitavo capítulo, “O sistema mina-ferrovia-porto e lutas territoriais no Maranhão” (Sant’Ana Júnior, H. A., Cardoso, R. M., 2016), estão os Programas de Aceleração do Crescimento. Os chamados PAC I e II, dos governos Lula e Dilma (2010-2016), retomaram o caráter desenvolvimentista de gestão com a justificativa de combate à pobreza e aos baixos índices de IDH.

Na Amazônia, o Projeto Grande Carajás é o mais expressivo para entender o caráter multifacetado do plano de desenvolvimento – que envolve mineração, monocultura, siderurgia de alumínio e ligas com baixo valor agregado, gasodutos, transporte ferroviário, marítimo e fluvial, grandes portos privados (Castro, E., Alonso, S., Nascimento, S., 2016). O Projeto Grande Carajás (PGC), como apontam Sant’Ana e Cardoso (2016), foi implantado como desdobramento do Projeto Ferro Carajás (PFC), que data de 1980 após a “descoberta” pela US Steel de uma das maiores reservas de ferro do mundo localizada no sudeste paraense: a Serra do Carajás. Desse modo, o PGC, gerido pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce, cumpre o papel de prover infraestrutura para exploração das jazidas e transporte do minério de ferro, recebendo incentivos tributários e financeiros, já que é colocado no lugar de planejamento estratégico nacional. Ele se estrutura, de acordo com esses pensadores, em três frentes integradas: projetos minero-metalúrgicos, projetos agropecuários e florestais e projetos de infraestrutura no sistema mina-ferrovia-porto (Estrada de Ferro Carajás e Complexo

Portuário de São Luís, Maranhão), além da produção de recursos energéticos (hidrelétrica de Tucuruí) que atuariam, supostamente, como “catalisadores regionais”.

No entanto, esse sentido de desenvolvimento presente na articulação entre órgãos públicos e empresas privadas se baseiam em um modelo voltado para a inserção no mercado internacional, em que o Brasil e outros países da América do Sul permanecem como regiões periféricas como consequência da imposição da divisão internacional do trabalho. Essa economia de exportação de matérias primas e produtos de baixo valor agregado expressam práticas coloniais em que o discurso do crescimento econômico é valorizado em detrimento dos impactos sociais e ambientais ocasionados pelas práticas extrativistas. São políticas que se opõem à construção de uma sociedade plural baseada nos pontos de vista de particularidades territoriais e culturais, implicandoem uma violência através da “dominação e subjugação de pessoas e modos de vida ao pensamento produzido fora, na metrópole” (Castro, E., Alonso, S., Nascimento, S., 2016, p.160). Fica evidente a contradição que existe quando se trata dos atores sociais envolvidos nesses conflitos. As autoras do segundo capítulo intitulado “O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social” (Zhourri, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., Santos, A. F. M., 2016) conceituam conflitos ambientais como aqueles que surgem de visões diferentes acerca dos modos de apropriação de recursos. Nessa mesma linha, Sant’Ana e Cardoso (2016) e Castro, Alonso e Nascimento (2016) sugerem que os conflitos no Maranhão e no Pará, bem como na região amazônica como um todo, resultam de duas lógicas de ocupação do espaço que se opõem: a apropriação privada, em que o espaço é visto como vazio e, portanto, disponível para investimentos – o que desconsidera os modos de vida locais; e o usufruto comum, que segue a lógica do território provido de significado e entendido como forma de subsistência – em que a resistência aos projetos que se impõem no espaço e a conservação são essenciais.

São diversos os movimentos que apontam essas contradições. No Maranhão, os modos de vida locais são diretamente afetados pelo financiamento de “bancos de desenvolvimento” como BNDES, desmatamento de grandes áreas para produzir carvão vegetal, concentração de trabalhadores desempregados e sem terras, exploração de recursos naturais que comprometem ecossistema, especulação imobiliária em centros urbanos, substituição de atividades econômicas tradicionais, mudanças de hábitos e costumes da população local (Sant’Ana Júnior, H. A., Cardoso, R. M., 2016). A marca da violência, grilagem e perseguição de ativistas e líderes comunitários é histórica nesse estado. No Pará, os exemplos de resistência trazidos são as populações quilombolas do Trombetas e indígenas que tiveram suas terras cortadas pela construção da ferrovia ou concedidas à exploração; o Movimento de Atingidos pela Vale aponta as falhas dos moldes de desenvolvimento aplicadas, que ocorre unicamente nas áreas urbanas ou industriais colapsando sistemas de saúde, educação e habitação por conta do crescimento populacional; o Movimento Xingu Vivo, em oposição à construção da usina de Belo Monte, que ressalta o papel da água e de rios volumosos – a qual segue a direção de privatização dos recursos hídricos, como no Chile - (Castro, E., Alonso, S., Nascimento, S., 2016). Assim, os efeitos derrames são multidimensionais e, como já havia apontado Eduardo Gudynas no primeiro capítulo (2016), extrapolam um tempo e região localizados para se espalharem em todo território, articulação de políticas e legislações e visões de dominação sobre a natureza, pessoas, modos de vida e ainda, de acordo com Castro, Alonso e Nascimento (2016), até para além dos limites das fronteiras nacionais. A forma de legitimação da mineração no Chile e na região amazônica são muito próximos nos discursos dos espaços vazios ou desertos populacionais, bem como os sentidos de reapropriação do território pelas populações tradicionais como forma de resistência e afirmação identitária.

### **Nordeste brasileiro: resistência antinuclear no Ceará**

De acordo com as autoras do nono capítulo, “Resistências à mineração de urânio e fosfato no Ceará (Brasil) - sujeitos, estratégias empresariais e ações de contraposição” (Montezuma, T. F. P. F., Ribeiro, L. A. D., Melo, R. D., Rigotto, R. M., 2016), os discursos encontrados nas disputas entre agentes sociais ligados aos projetos extrativistas ou de resistência às extrações é caracterizado como ponto de partida para a análise do Projeto Santa Quitéria, no Ceará. É a partir de estudos de outros pesquisadores do mesmo núcleo que elas, Núcleo TRAMAS (UFC), que elaboram a composição teórica e crítica deste artigo. Entendem a vulnerabilidade não como dada, fixa, mas justamente passível de se estabelecer somente numa dialética histórica-temporal, por agentes políticos e relações sociais específicas (Montezuma, T. F. P. F., Ribeiro, L. A. D., Melo, R. D., Rigotto, R. M., 2016).

O município de Santa Quitéria possui uma jazida de urânio associado a fosfato (colofanito) apresentada como a maior do Brasil na atualidade. Essa jazida, nomeada Itatiaia, seria empreendimento de um consórcio, criado para tal, entre: Galvani Indústrias, Comércio e Serviços S.A. (privada e com 60% das ações compradas pela Noruega) e as Indústrias Nucleares do Brasil/INB (empresa de economia mista de acordo com a Lei Federal Nº4.118/1962). O urânio serviria para a produção de energia nuclear, enquanto o fosfato iria compor fertilizantes para benefício do agronegócio. O Projeto Santa Quitéria faz parte, portanto, do grupo daqueles empreendimentos enquadrados - pelos que lhes são favoráveis - como geradores de desenvolvimento, da superação do atraso.

No mesmo ano que o consórcio se firma, resistências locais já começam a se organizar para a discussão. Nasce a Articulação Antinuclear do Ceará/AACE e, com isso, estratégias que organizam a resistência e a visibilização do projeto camponês de convivência com esse semiárido. Conhecimentos foram produzidos para que riscos ambientais possam ser entendidos e para que o debate, a escuta e a participação da população local realmente aconteçam.

### **Argentina: construção de saberes independentes**

No quinto capítulo, “Escalas, actores y conflictos: etapas de la movilización en respuesta al avance de la megaminería en Argentina” (Bottaro, L., Álvarez, M. S., 2016), é explorado o contexto argentino. O boom do setor da mineração - ouro, cobre e prata - aconteceu entre 2002 e 2011 com o crescimento das concessões, momento que se segue à criação da Lei de Investimentos Minerários na década de 1990. Junto ao avanço dessa como principal setor exportador, como em outras regiões, surgem mobilizações das comunidades que habitavam originalmente as regiões submetidas à exploração minerária. As autoras chamam atenção para o caráter de autoconvocação e auto-organização das Assembleias de Vizinhos, que se articulam em redes de resistência socioambiental contra os projetos de mega mineração. Além da valorização do território e da visão dos recursos como bem comum, um dos principais pontos de luta dessas populações se faz contra as informações incompletas e parciais providas pelas empresas e governos. Existe intencionalidade política e econômica nessa forma de desinformação, assim a produção e difusão de um “saber esperto independente” (Bottaro, L., Álvarez, M. S., 2016) é de extrema importância no enfrentamento à violência epistêmica colocada em um campo de conflito em que as posições dos agentes envolvidos é assimétrica (Zhourri, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., Santos, A. F. M., 2016).

### **Minas Gerais: vocação mineradora ou mineração compulsória?**

Os capítulos dois, onze, doze, treze, quatorze e quinze – “O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social” (Zhourri, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M.,

Laschefski, K., Santos, A. F. M., 2016), “Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais, Brasil: trajetória histórica” (Carneiro, E. J., 2016), “Extinção social, resistência e meio ambiente: garimpeiros e mineração em Paracatu, Minas Gerais, Brasil” (Scott, P., Franch, M., Quadros, M., Nascimento, P., 2016), “Mineração, sujeitos e resistências no norte de Minas Gerais, Brasil” (Barbosa, R. S., Brito, I. C. B., Lima, P. M., 2016), “Mineração e conflitos sociais no contexto urbano: o caso da mineração Minas-Rio, Brasil” (Zucarelli, M. C., Santos, A. F. M., 2016) e “Nas tessituras da pesquisa e da ação: narrativas de mulheres sobre a água, mineração, resistência e colaboração em Minas Gerais” (Zhouri, A., Generoso, P., Corujo, M. T., 2016), respectivamente - trazem, de diversas formas, a associação de Minas Gerais ao extrativismo minerário: desde a atualização histórica da subjetivação de uma “vocação” minerária do estado, até acontecimentos recentes de impactos irreversíveis. Já aqui, percebe-se que   de oposi o   ideia de que o território possui uma voca o ou de um inatismo fixo para atividade m nero-extrativista. Assim sendo, vemos que os poderes econ micos interessados na explora o para acumula o se fazem presentes desde a descoberta de reservas de minérios no território – descoberta datada no século XVIII – atuando de acordo com as particularidades das práticas de colonialidade de cada período subsequente. A atividade mineradora coexiste - em seus primórdios na região - com práticas agropecuárias mercantis, ambas compartilhando uma constitui o expropriatória, escravista e violenta de atividade econômica. Mas   após a industrializa o, possibilitada pela articula o entre elites políticas regionais e nacionais para a atra o de capital estrangeiro, que o papel de Minas Gerais dentro de um complexo m nero-siderúrgico aliado   moderniza o recuperadora do Brasil pelo “nacional-desenvolvimentismo”   forjado. Na palavra de Edir Carneiro, este papel carrega:

(...) fun o estratégica de produtora de bens intermediários ligados ao complexo m nero-siderúrgico, cuja sede se desenvolve em Minas. Esse complexo inclui um conjunto de atividades organicamente articuladas e inseparáveis, tais como a explora o de jazidas minerárias, a deposi o dos rejeitos, o beneficiamento dos minérios, a capta o e bombeamento de grandes volumes de água, as atividades e infraestruturas necessárias ao transporte dos minérios até os altos-fornos e/ou até os portos marítimos de exporta o; o cultivo, corte e transporte de extensas monoculturas de eucalipto, donde se retira biomassa cuja queima fornece o calor necessário   produ o das ligas metálicas; a constru o de grandes usinas de produ o de hidroeleticidade e provimento de linhas de transmissão para seu transporte; a edifica o espacialmente concentrada de conjuntos de indústrias vinculadas   produ o das ligas metálicas e, a partir delas, de chapas, perfis, tubos trefilados etc. (2016, p.260).

Vemos ser este um papel atualizado, fazendo com que os outros artigos da coletânea sobre a região consigam dialogar facilmente com padrões pensados há longa data para o estado.

Quanto   expansão da monocultura de eucalipto no norte do estado desde da década de 60, financiada e incentivada pelo Estado, Edir Carneiro (cap.11) elabora uma análise de alguns conflitos: a venda de terras “devolutas”, antes ocupadas por popula es tradicionais e cultivadas para a subsistência da comunidade, gerando uma proletariza o massiva e

fragilizada; resistência às monoculturas por quilombolas, vazanteiros, geraizeiros e indígenas que habitavam as localidades apropriadas, como denúncia à degradação ambiental e à pressão fundiária na região; reivindicações de retomada das terras comunais após o fim do contrato dado às monoculturas.

A exploração de jazidas de ferro e suas consequências é relatada nos capítulos dois, onze e quatorze. No capítulo dois, encontramos no desastre de Mariana, em novembro de 2015, o exemplo mais crítico das violências socioambientais já vivenciadas no país por tal atividade econômica: o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. Apesar de saberem, desde 2013, da iminência do rompimento, a empresa SAMARCO, os engenheiros responsáveis e os órgãos licenciadores nada fizeram para avisar as comunidades locais e resguardar a integridade física dos que habitavam o entorno da barragem. O rompimento era esperado, dado que a barragem estava recebendo rejeitos para além do projetado - com a diminuição do preço da commodity de ferro a empresa aumentou sua produção para manter a margem de lucro sobre a exploração. Comunidades rurais inteiras foram atingidas e expropriadas de seus territórios, culturas e direitos. Contudo, o sofrimento dos atingidos se estende com a relação travada pela empresa junto a eles, relação essa de caráter epistemológico e político estabelecido em um discurso colonial de supressão à escuta e de invisibilidade dos atingidos.

Já no capítulo 14, um estudo do Projeto Minas-Rio traz mais do extrativismo de ferro ante o papel à Minas Gerais dado pelo “nacional-desenvolvimentismo”. O projeto conta com três grandes estruturas: 1) uma mina de exploração, beneficiamento e enriquecimento de ferro em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas; 2) um mineroduto de 525 km de extensão entre Minas Gerais e Rios de Janeiro; 3) um porto marítimo na porção norte do litoral do Rio de Janeiro. Estratégias diversas foram empregadas pelo grupo responsável, a Anglo American, como: fragmentação do licenciamento ambiental - com início pelo mineroduto - de forma a pressionar a concessão de licenças às demais infraestruturas; adoção de medidas mitigadoras para correções tardias dos impactos, dado o não planejamento do empreendimento para com os espaços em que se instalou; responsabilização da população de Conceição do Mato Dentro, do município e do Estado pelo aumento da demanda de serviços públicos e pela depreciação da infraestrutura local; criação de um buraco imenso entre os impactos calculados e os impactos reais gerados pelo empreendimento, buraco esse cavado com uma intencionalidade política característica de empresas mineradoras.

Vemos ainda, no capítulo 13, questões relacionadas à reativação da mineração de ouro no Riacho dos Machados, ao norte do estado. Os conflitos e violências decorrentes dessa atividade são de ordem similar ao muito já apresentado pela história de Minas Gerais, gerando revoltas e indignações que se expressam de forma dura, mas certa, pela frase de Maria Teresa Corujo (p.365) “a mineração em Minas Gerais é um câncer”.

### **Espírito Santo: ser resposta de infraestrutura para o neoextrativismo vale o peso de virar “zona de sacrifício”?**

O capítulo dez do livro “O neoextrativismo visto através dos megaempreendimentos de infraestrutura: as zonas de sacrifício no Espírito Santo, Brasil” (Losekann, C., Vervloet, R., 2016), traz um artigo de relevância para a compreensão do modelo neoextrativista tratado em outros capítulos. Por dar enfoque às obras de infraestrutura ligadas a esse modelo econômico, amplia a compreensão dos aspectos a ele relacionados para além das regiões extrativas propriamente ditas. O Espírito Santo mudou sua ocupação demográfica de majoritariamente rural para predominantemente urbana num período de tempo assustadoramente curto – da década de 1960 até 2010 o contingente demográfico urbano no estado quase triplicou, indo dos 31,6% em 1960 para os 83,4% em 2010 (IJSN/2011). Os autores apontam como fator

importante para a mudança demográfica assinalada a industrialização tardia do estado, apoiada na ideia de desenvolvimento ligado aos investimentos em extrativismos. A partir de dados quantitativos sobre portos, termelétricas e hidrelétricas no estado é traçado um caminho para entender a caracterização do Espírito Santo dentro das chamadas “zonas de sacrifício”: localidades onde são realizadas agressões ao ambiente e às populações marginalizadas através das práticas de interesse econômico predatório, essas favorecidas pela flexibilização da regulamentação ambiental e pela isenção tributária para atuação na região. Losekann e Vervloet (2016) elaboraram, também, uma tabela (p.250) na qual é possível visualizar impactos específicos atribuídos à apropriação dos territórios por tecnologias associadas à atividade extrativista, terminando por reforçar o caráter de cadeia produtiva integrada, no qual a racionalidade econômica extrativista se constitui e, por consequência, produz seus impactos.

### **Criticidade histórica necessária e contra-discursos conceituais**

A Introdução (Zhourri, A., Bolados, P., Castro, E. (Orgs.), (2016) e os dois primeiros capítulos do livro “O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social” (Zhourri, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., Santos, A. F. M., 2016) e “Extractivismos em America Del Sur: conceptos y sus efectos derrame” (Gudynas, E., 2016), trazem um aporte conceitual e histórico que nos permite uma leitura abrangente dos processos descritos nos demais capítulos.

Muitos dos governos de países da América do Sul, para lidar com a pressão do capitalismo transnacional por extração de bens primários em larga escala, adotaram um modelo neodesenvolvimentista que se articula à economia neoliberal global. A partir da década de 1990, os direitos diferenciais de populações indígenas, tradicionais e as políticas ambientalistas tiveram avanço significativo, considerando como marco legal internacional a Convenção nº196 da OIT. Apesar dos novos discursos de desenvolvimento se apropriarem do conceito de sustentabilidade, os modelos implementados seguem o sentido da reprimarização da economia. Como fica evidente ao longo do livro, os países latino-americanos seguem um modelo hegemônico em que o extrativismo é colocado como polo central nos planos de desenvolvimento estratégico e crescimento econômico a partir do discurso de combate à pobreza e estabilização da economia em contexto de crise.

Eduardo Gudynas (2016) traz que o conceito de “extrativismo” surge na década de 1970, sendo usado pelas corporações financeiras para se referir à extração de minério e petróleo para exportação. Na mesma época, o conceito também começa a ser apropriado pela sociedade civil. Assim, os extrativismos são uma forma particular de extração de recursos, caracterizado pelo volume total de recursos removidos - incluindo restos e rejeitos - e intensidade dos efeitos ambientais altos, sendo a exportação o destino da matéria extraída. O termo extaheção (do latim extaher, “arrancar com violência”), então, é utilizado para se referir a essa forma particular em que os empreendimentos se mostram incapazes de coexistir com as pessoas e assegurar seus direitos (Gudynas, E., 2016, p.37).

Por se imporem em âmbito local, mas estarem atreladas a uma demanda mercadológica de commodities, são chamadas de economias de enclave, já que esses projetos ficam ilhados na relação com a economia local. Essa marca da violência deixa clara a falha do discurso de desenvolvimento sustentável, tanto humano como ambiental. O crescimento do PIB não significa fim da pobreza ou melhoria na qualidade de vida das populações locais, mas antes, o seu contrário, pois esse tipo de economia acaba por reforçar a concentração de terras e capital, aumentando a desigualdade.

Outro conceito de extrema importância para compreensão dos processos de inserção local de projetos extrativistas como pauta de governos nas últimas décadas é de conflito ambiental. Zhourri et al (2016) mostra que a marca dos conflitos ambientais é a



desproporcionalidade, “constituem cenários em que os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes define poder de ação e enunciação” (Zhour, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., Santos, A. F. M., 2016, p.49). As violências sociais, culturais, ambientais estão atreladas, ultimamente, à violência simbólica e epistêmica, subjugando populações locais ao lugar da impossibilidade de colocar suas visões de mundo e modos de ser. Dessa maneira, os extrativismos e conflitos envolvidos em sua implementação têm efeito derrame (Gudynas, E., 2016), suas consequências não ficam circunscritas a um espaço e temporalidade fixos, mas se derramam em todo o país nas formas de enxergar a natureza, nas modificações de políticas públicas, funcionamento da economia, no entendimento da democracia e justiça. O efeito derrame diz respeito aos impactos multidimensionais e entrelaçados que extrapolam o âmbito local ou regional.

Algo típico nos países sul-americanos, que vêm acontecendo nos últimos anos, pode ilustrar como isso se dá: as flexibilizações nas legislações ambientais. As flexibilizações concedidas a um projeto específico se espalham por todo território, são aproveitadas por outros empreendimentos e seus efeitos se repetem em outras localidades. Gudynas (2016) cita as flexibilizações ambientais da época do governo Lula no Brasil, as licenças Express na Colômbia, o ingresso de petroleiras em áreas de proteção ambiental e reservas indígenas na Bolívia e as explorações de petróleo sem necessidade de avaliação de impacto prévia no Peru. Cabe notar que as flexibilizações legislativas vão para além da dimensão ambiental, alcançando também a flexibilização dos direitos sociais – já que os níveis básicos de segurança e qualidade de vida são reduzidos, assim como a corrupção e ilegalidades têm maior tolerância.

Zhour et al (2016) propõem a noção de desastre tecnológico para ressaltar o caráter humano e intencionado, inerentemente social, em oposição à ideia comum de desastre natural, que tem como objetivo político a desresponsabilizar as grandes empresas causadoras de desastres. Os desastres tecnológicos seriam compreensíveis pela situação em si - crise aguda -, mas principalmente pela sua articulação com a crise social crônica, em uma dimensão histórica mais ampla, que diz respeito à assimetria de posição dos agentes envolvidos. Assim, o conceito de sofrimento social “permite evidenciar que as aflições e dores vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social” (Zhour, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., Santos, A. F. M., 2016, p.56).

O monopólio não pode ser compreendido pelo viés estritamente econômico e político, é importante pensar na hegemonia discursiva que permeia o extrativismo e as políticas de Estado. Estas seguem um modelo de desenvolvimento que o reduz a um padrão único e linear pautado na globalização. Essa matriz evolucionista vai na contramão dos importantes avanços “em termos da construção de uma sociedade plural, com reconhecimento de identidades culturais diversas e particularidades territoriais” (Zhour, A., Bolados, P., Castro, E. (Orgs.), (2016), p.10). A colonialidade discursiva, abraçando a categoria de desenvolvimento, hierarquiza saberes e age coercivamente em prol dos poderes econômicos hegemônicos nas situações de extração (ZHOURI; GENEROSO e CORUJO 2016).

Assim sendo, por mais que entre os autores da coletânea encontremos conceitos diferentes para situações ou práticas de grande semelhança, vemos que o posicionamento crítico e politicamente engajado está presente em todos os artigos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ZHOURI, A. BOLADOS, P. CASTRO, E.(Orgs). Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais (1a ed.). Coleção Cidadania e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume, 2016.

**Data de submissão: 19/11/2017**

**Data de aceite: 21/11/2017**